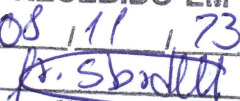


RECEBIDO EM
08/11/23

Câmara Mun. de Vereadores

MENSAGEM N.º 070 DE 28 DE AGOSTO DE 2023.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Temos a grata satisfação de dirigir-nos a Vossa Excelência e aos nobres Edis que compõem esta Casa Legislativa, oportunidade em que solicitamos a análise e apreciação do **PROJETO DE LEI N.º 070/2023 DE 28 DE AGOSTO DE 2023**, em apenso, que **Autoriza Cessão de Uso não Onerosa de Bem Público de propriedade do Município de Tapejara ao São Paulo Futebol Clube e dá outras providências.**

Registramos pedido da Presidência do São Paulo Futebol Clube neste mês de agosto, solicitando a cessão de uso do imóvel com 10.500,00m², remanescente e lindeiro a área doada pelo Município à entidade, através da Lei n.º 4433/19.


As razões do pedido fundamentam-se pela continuidade das atividades desenvolvidas pelo Clube, pelo seu histórico de existência e pelas ações culturais e esportivas realizadas e voltadas à comunidade local, onde conta atualmente com sede social e ginásio de esportes.

Ante o exposto, e pelos 65 anos de história consolidada em Tapejara, entendemos em conceder o pleito, cedendo o espaço físico, gratuitamente, por um período de 10 anos, com possibilidade de prorrogação.

Anexo pedido formalizado pela entidade.

Ante o exposto, e certos de poder contar com o apoio de Vossa Excelência e dos ilustres Edis deste Poder Legislativo, pedimos a análise e aprovação da matéria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapejara,
aos 28 dias de mês de agosto de 2023.


EVÂNIR WOLFF
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI N.º 070/2023 DE 28 DE AGOSTO DE 2023

Autoriza Cessão de Uso não Onerosa de Bem Público de propriedade do Município de Tapejara ao São Paulo Futebol Clube e dá outras providências.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder o imóvel abaixo descrito, mediante Termo de Cessão de Uso não Onerosa de Bem Público, conforme minuta constante do Anexo I, que é parte integrante nesta Lei, ao **SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 97.579.148/0001-64, com sede na Tv. Estrada Linha Quatro, s/n, Linha Calegari, no município de Tapejara – RS, entidade esportiva que tem por finalidade o desenvolvimento de atividades de recreação esportiva e a prática do convívio social e cultural, através de promoções internas e externas, neste Município:

- UM LOTE RURAL, sem benfeitorias, constante de parte dos lotes n.º 110, 111, e 129, da Secção Ligeiro, situado no lugar denominado Linha Calegari, município de Tapejara - RS, com área superficial de 10.500,00m² (dez mil e quinhentos metros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, com lote n.º 91 de Ivanir Maurina, onde mede 93,25 metros; ao SUL, com partes dos lotes n.º 110, 111, e 129, de Mario Antônio Maurina, onde mede 103,00 metros; ao LESTE, com terras de Néelson Baccega e Dêlcio Baccega, onde mede 111,15 metros; e, ao OESTE, com parte dos lotes n.º 110, 111 e 129, do Município de Tapejara – RS, onde mede 105,60 metros, sob matrícula 28.168 do Ofício de Registro de Imóveis de Tapejara.

Art. 2.º O imóvel objeto desta cessão de uso destina-se a fins esportivos, recreativos e de lazer.

Art. 3.º O prazo da cessão de uso de que trata esta Lei será de 10(dez) anos, prorrogável por igual período.

Art. 4.º Não é permitida a cedência ou transferência para terceiros, a qualquer título, do bem objeto desta cessão de uso.



Art. 5.º A cessão de uso será extinta, retornando o bem imediatamente à posse do Município, independente de notificação e sem direito a indenização, se:

I - o cessionário não utilizar o bem para a finalidade constante desta lei, dando-lhe destinação diversa;

II - ocorrer o término do prazo de cessão de uso previsto em Termo;

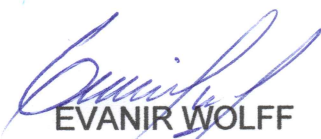
III - ocorrer a extinção da entidade beneficiada;

IV - outras razões de interesse público, devidamente justificadas.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA,

aos ...



EVANIR WOLFF
Prefeito Municipal de Tapejara

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE USO DE IMÓVEL N.º

Termo de cessão gratuita de uso de imóvel, que entre si celebram o Município de Tapejara, com fundamento na legislação vigente, especialmente na Lei n.º _____ de _____ de 2023 e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/93.

CEDENTE:

Nome: xxxxxxxx

CNPJ: xxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxx

Representante Legal: xxxxxxxx

Carteira de Identidade: xxxxxxxx

CPF: xxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxx

CESSIONÁRIO:

Nome: xxxxxxxx

CNPJ: xxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxx

Representante Legal: xxxxxxxx

Carteira de Identidade: xxxxxxxx

CPF: xxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxx

As partes acima identificadas acordam celebrar o presente Termo de Cessão Gratuita de Uso de Imóvel, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto da presente Cessão de Uso não Onerosa de Bem Público de propriedade do CEDENTE ao CESSIONÁRIO do bem a seguir descrito:

- UM LOTE RURAL, sem benfeitorias, constante de parte dos lotes nº 110, 111, e 129, da Secção Ligeiro, situado no lugar denominado Linha Calegari, município de Tapejara - RS, com área superficial de 10.500,00m² (dez mil e quinhentos metros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, com lote n.º 91 de Ivanir Maurina, onde mede 93,25 metros; ao SUL, com partes dos lotes n.º 110, 111, e 129, de Mario Antônio Maurina, onde mede 103,00 metros; ao LESTE, com terras de Nélon Baccega e Délcio Baccega, onde mede 111,15 metros; e, ao OESTE, com parte



dos lotes n.º 110, 111 e 129, do Município de Tapejara – RS, onde mede 105,60 metros, sob matrícula 28.168 do Ofício de Registro de Imóveis de Tapejara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente cessão de uso tem vigência de 10(dez) anos, contados da data de publicação de seu extrato no Site Oficial do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO

O imóvel será utilizado pelo CESSIONÁRIO, para atividades esportivas, recreativas e de lazer, e ainda, para funcionamento da entidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DA POSSE

Ao CESSIONÁRIO é vedado ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, a posse do imóvel objeto deste Termo, ou os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com expressa e prévia concordância do CEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO

O CESSIONÁRIO se obriga pela perfeita conservação do imóvel cedido, mantendo-o em bom estado de higiene e limpeza, bem como a fazer todos os consertos e reparos necessários resultantes do uso normal, às suas expensas, obrigando-se a restituí-lo, finda a cessão, nas mesmas condições em que o recebeu, livre e desembaraçado, não respondendo, no entanto, por danos e deteriorações resultantes do tempo ou de outros eventos alheios à sua ação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS

O CESSIONÁRIO somente poderá edificar benfeitorias no imóvel com expressa concordância por escrito do CEDENTE, as quais serão incorporadas ao patrimônio do Município, não podendo o CESSIONÁRIO invocar a seu favor qualquer direito a indenização ou retenção, seja a que título for.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS

O CESSIONÁRIO obriga-se a pagar todas as despesas referentes à manutenção e conservação do imóvel, bem como os tributos e encargos que sobre ele incidam.

CLÁUSULA OITAVA – DA ESTIPULAÇÃO ESPECIAL

Adotará o CESSIONÁRIO, por sua conta e risco, as medidas de segurança, visando garantir e proteger o bem cedido contra assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, responsabilizando-se por quaisquer danos ao



imóvel, no período em que esteve efetivamente sob sua posse, exceto se decorrentes de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA NONA – DA RENÚNCIA

O CESSIONÁRIO renuncia ao direito de reversão do imóvel, enquanto vigente o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações do CEDENTE:

- I. disponibilizar, gratuitamente, ao CESSIONÁRIO espaço físico de 10.500,00m² de área útil do imóvel localizado na Linha Calegari, constante da Cláusula Primeira deste Termo;
- II. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CESSIONÁRIO, necessários à execução do ajuste, desde que seja possível sua publicidade;
- III. determinar a realização de vistoria permanente do imóvel objeto do presente Termo, visando resguardar aspectos de segurança do espaço, sempre que entender conveniente, zelando pela obtenção do menor grau de interferência possível no funcionamento da atividade do CESSIONÁRIO.

Constituem obrigações do CESSIONÁRIO:

- I. responder pelos danos decorrentes de sua culpa ou dolo, causados ao CEDENTE ou a terceiros durante a ocupação do imóvel referenciado no objeto;
- II. comunicar imediatamente ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acontecimento extraordinário que corresponda a danos ao imóvel utilizado;
- III. manter o imóvel cedido em perfeitas condições de conservação e asseio, com todas as suas instalações em funcionamento, ressarcindo ao CEDENTE quaisquer prejuízos decorrentes de uso inadequado;
- IV. restituir o imóvel cedido ao final da vigência deste Termo, devidamente desocupado e em condições idênticas às aquelas existentes à época da assinatura deste Termo, salvo desgastes naturais do uso;
- V. não embarçar ou impedir o acesso dos servidores do CEDENTE ao imóvel;
- VI. conceder o uso gratuito ao CEDENTE, para a realização de eventos de interesse da Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO PARA COM TERCEIROS



O Município não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo CESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do imóvel objeto deste Termo. Da mesma forma, o Município não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do CESSIONÁRIO ou de seus servidores, empregados, subordinados, prepostos ou contratantes.

O CEDENTE não assume qualquer responsabilidade pela atividade exercida pelo CESSIONÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a) por decisão amigável, havendo interesse de ambas as partes;
- b) por decisão unilateral, ocorrendo descumprimento de qualquer das obrigações, mediante comunicação escrita;
- c) pelo CEDENTE, quando de sua conveniência, por ato unilateral e discricionário de autoridade competente.

Parágrafo Primeiro: O CEDENTE deverá emitir e assinar TERMO DE DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL no ato do recebimento e certificar-se de que foram cumpridas todas as obrigações estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo Segundo: O descumprimento de qualquer obrigação pelo CESSIONÁRIO ou o desvirtuamento da utilização do imóvel ou modificação de suas finalidades implica rescisão imediata deste Termo.

Parágrafo Terceiro: No caso de rescisão por ato do CEDENTE, o CESSIONÁRIO será formalmente notificado por escrito, com determinação do prazo máximo para desocupação do imóvel.

Parágrafo Quarto: O CEDENTE não está obrigado a indenizar ou ressarcir o CESSIONÁRIO em decorrência da rescisão.

Parágrafo Quinto: O CESSIONÁRIO tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação do presente instrumento, para instalar, sem necessidade de se recorrer aos meios judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Obriga-se o CESSIONÁRIO a prestar todas as informações solicitadas Município, referentes ao imóvel objeto desta cessão de uso, bem como permitir o acesso ao imóvel aos servidores municipais incumbidos da tarefa de fiscalizar o cumprimento das disposições do presente Termo.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O CEDENTE providenciará a publicação do extrato deste Termo no Site Oficial do Município de Tapejara, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Tapejara, para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste Termo, não solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Termo em 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para os fins e efeitos legais.

**EVANIR WOLFF
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CEDENTE**

**(PRESIDENTE)
SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE
CESSIONÁRIO**

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____



Ao Exmo. Prefeito Municipal de Tapejara
Sr. Evanir Wolff

Excelentíssimo Prefeito Municipal:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste, à presença de Vossa Excelência, dizer e requerer o que segue:

O São Paulo Futebol Clube, CNPJ nº 97.579.148/0001-64, constou como donatário de um imóvel com área superficial de 23.365,00m², conforme Lei Municipal nº 4.433/2019. Ao Município de Tapejara, ainda ficou pertencendo um imóvel de 10.500,00m², confinante ao imóvel doado.

O São Paulo Futebol Clube, desde a doação, vem cumprindo com todas as obrigações estabelecidas na referida lei, ou seja, vem utilizando o espaço para fins esportivo, recreativo e lazer.

Para ampliar as ações do Clube e dar continuidade ao que já vem sendo desenvolvido pela entidade, postula seja doado, ou mesmo formalizada a concessão de uso, desse imóvel remanescente e de propriedade do Município com área de 10.500,00m² ao São Paulo Futebol Clube.

Como sabido, o São Paulo Futebol Clube foi fundado em 1956 e, desde então, constitui-se em associação estabelecida aqui no Município de Tapejara. Desenvolve diversas ações culturais e

SÃO PAULO
FUTEBOL CLUBE
SECRETÁRIO

esportivas voltadas a toda comunidade local, estando atualmente estruturado com sede social e ginásio de esportes.

Desse modo, a fim de melhor estruturar as atividades do São Paulo Futebol Clube e, certamente, contando com a compreensão de Vossa Excelência, pugna pelo deferimento.

Sendo o que apresentava para o momento, reitero nesta oportunidade protestos de elevada estima e consideração, e nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,

São Paulo Futebol Clube, CNPJ nº 97.579.148/0001-64
neste ato representado por seu presidente José Alexandre de
Almeida, CPF nº 002.072.450-02

*Às Procuradorias Gerais do
Município,
Análise e das partes jurídicas com
relação a concessão de uso ao
São Paulo Futebol Clube.
Diante do parecer favorável, autografo
a comissão de uso.*

Dirigido

22/08/83.

~~SÃO PAULO
FUTEBOL CLUBE
SECRETARIA~~

PARECER JURÍDICO Nº 637/2023

Assunto: Cessão de Uso

Requerente: São Paulo Futebol Clube

RELATÓRIO:

Chega a esse Departamento na data de 22/08/23, pedido da entidade São Paulo Futebol Clube, inscrito no CNPJ sob o nº 97.579.148/0001-64, no ato representando pelo presidente José Alexandre de Almeida, o endereçou pedido ao Excelentíssimo Prefeito Municipal.

O requerimento do mesmo é a doação ou cessão de uso do imóvel confinante, o qual tem uma área de 10.500,00m².

Este em suma, o relatório.

PARECER:

O tema de cessão de uso versa basicamente sobre a forma administrativa de utilização do espaço público por parte de terceiros.

Sob a utilização de espaços físicos de bem público de uso especial é básico que essas áreas têm como destinação primordial o atendimento do interesse imediato da administração pública, ou seja, visam a comportar a estrutura operativa com vistas ao seu pleno funcionamento.

Uma vez comportada a mencionada estrutura, não há impedimento legal na outorga de uso desses bens a terceiros.

A cessão de uso, na lição de Hely Lopes Meirelles, é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para o outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no



respectivo termo, sendo ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outras que deles está precisando.

Verdadeiramente, a cessão de uso, desde os idos de 46, está instituída (art. 64 do Decreto-Lei n. 9.760/46), para as hipóteses em que bens imóveis da União, não utilizados em serviço público, possam ser cedidos quando houver interesse na concretização de auxílio ou colaboração.

A disponibilização de posse de bens públicos imóveis a terceiros, visando dar efetividade à sua competência de definição e implantação das políticas locais, assim o é que a Constituição Federal determinou que é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público (inc. I do art. 23).

O uso do bem por seu titular, não guarda maiores preocupações ou perquirições. Segundo Bandeira de Mello, os bens públicos possuem três características: inalienabilidade ou alienabilidade nos termos da lei (art. 67 do Código Civil), impenhorabilidade e imprescritibilidade.

O que deve nortear, a atuação e a decisão do administrador público, são os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal/88, moralidade, impessoalidade, legalidade e, ainda, o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, assim como o Estado-proprietário.

A concessão de direito real de uso salvaguarda o patrimônio da Administração e evita a alienação de bens públicos, autorizada às vezes sem qualquer vantagem para ela. Além do mais, o concessionário não fica livre para dar ao uso a destinação que lhe convier, mas, ao contrário, será obrigado a



destiná-lo ao fim estabelecido em lei, o que mantém resguardado o interesse público que originou a concessão real de uso.

Ou seja, a concessão de uso e o direito real de uso não são instrumentos precários, conferem direitos estáveis, perenes, que permitem a revogação por interesse público, ficando resguardado o direito à indenização do edificado. Diga-se que os dois institutos existem com características diversas.

Trata-se de um contrato administrativo pelo qual o poder público confere ao particular direito real de uso de terreno público ou do espaço aéreo que recebe.

No caso em apreço a entidade solicita a Administração Pública que lhes seja conferido a cessão de uso do imóvel lindeiro sob a matrícula 28.168.


Visto que a entidade cumpre com todos os requisitos instituídos na Lei Municipal nº 4.433/2019, bem como o serviços prestados a coletividade e a necessidade de expansão de suas atividades para atingir mais usuários. Conclui-se que:

CONCLUSÃO:

Deste modo, **opino pela possibilidade jurídica** da cessão de uso ao requerente.

É o parecer, resguardadas as posições superiores.

Tapejara, RS, 22 de agosto de 2023.


Leonardo Frigeri
Procurador-geral do Município
OAB/RS-111.697

Leonardo Frigeri
Procurador Geral
Tapejara/RS
OAB-RS 111697





CERTIDÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Página 1 de

COMARCA DE TAPEJARA

REGISTRO DE IMÓVEIS

GELSO JOSÉ FELINI - REGISTRADOR DESIGNADO

CERTIFICO, usando a faculdade que me confere a Lei e por assim ter sido pedido, que revendo neste Ofício o Livro nº 2 - Registro Geral, verifiquei constar na matrícula o seguinte teor:



Ofício de Registro de Imóveis

Comarca de Tapejara - RS

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

Tapejara, 14 de setembro de 2020

Fls.

1

Matrícula

28.168

MATRÍCULA

IMÓVEL: UM LOTE RURAL, sem benfeitorias, constante de parte dos lotes nºs 110, 111 e 129, da Seção Ligeiro, situado no lugar denominado de Linha Calegari, neste município, com a área superficial de 10.500,00-m² (dez mil e quinhentos metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas: ao NORTE, com o lote nº 91, de Ivanir Maurina, onde mede 93,25 metros; ao SUL, com parte dos mesmos lotes nºs 110, 111 e 129, de Mário Antônio Maurina, onde mede 103,00 metros; ao LESTE, com terras de Néilson Baccega e Délcio Baccega, onde mede 111,15 metros; e, ao OESTE, com parte dos lotes nºs 110, 111 e 129, do Município de Tapejara-RS, onde mede 105,60 metros. **Observação:** O imóvel objeto da presente matrícula destina-se para fins de lazer e recreação, conforme Item "3", alínea "c", do Inciso II do artigo 2º do Decreto 62.504/68, ficando caracterizada a destinação da mesma para fins não agrícolas, sendo que o desmembramento foi autorizado pelo INCRA, conforme averbação nº 3 da matrícula nº 20555, do Livro 2, desta Serventia.

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE TAPEJARA-RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 87.615.449/0001-42, com sua sede administrativa (Prefeitura Municipal), situada na Rua do Comércio, nº 1468, nesta cidade.

REGISTRO ANTERIOR: Registro nº 1-20555, do Livro 2, desta Serventia.

Protocolo 101823, livro 1-AB, as fls. 129, em 14/08/2020.

Registrador Designado: Gelso José Felini
R\$25,70. Selo: 0644.01.1900001.24304 - R\$1,40; 0644.03.1500006.36172 - R\$2,70 RD
Av.1-28168 em 15 de março de 2021.

CONSTRUÇÃO. Nos termos do requerimento de parte interessada, datado de 04 de março de 2021, instruído com Habite-se/Certidão nº 013/2021, da Prefeitura Municipal desta cidade, datado de 03 de março de 2021, e Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 001642020-88888772, CEI nº 51.242.78772/79, emitida em 16 de setembro de 2020, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, via Internet, com a sua validade confirmada, arquivados neste Serviço Registral sob nº 25954, fica constando que foi edificada no ano de 2021, no imóvel objeto da presente matrícula, um prédio em alvenaria com área de 213,00-m², possuindo a inscrição nº 25.236, junto ao cadastro da referida prefeitura, cuja obra teve um custo de R\$249.974,74. Dou fé. **Protocolo** 103222, livro 1-AB, as fls. 194, em 08/03/2021. **Emolumentos:** R\$616,00. Selo: 0644.01.1900001.34261 - R\$1,40; 0644.08.1500006.01731 - R\$49,50.

Registrador Designado: Gelso José Felini

CCB

(Continua no Verso)

Nada mais consta. O referido é verdade e dou fé.

Tapejara, RS, 15 de março de 2021, às 11:17:15.

Total: R\$25,00 (VL)

Certidão 1 página: R\$9,70 (0644.02.2000002.20696 = NIHIL)

Busca em livros e arquivos: R\$10,00 (0644.02.2000002.20695 = NIHIL)

Processamento eletrônico de dados: R\$5,30 (0644.01.1900001.34290 = NIHIL)

Gelso José Felini

Registrador Designado



A consulta estará disponível em até 24h no site do Tribunal de Justiça do RS

<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>

Chave de autenticação para consulta

099994 53 2021 00004048 44

Rua do Comércio, 880 - Tapejara/RS - CEP:99.950-000 - Fone: (54) 3344-1545

Email: registrotapejara@netvisual.com.br - CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA (30) DIAS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 97.579.148/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/12/1965
NOME EMPRESARIAL SAO PAULO FUTEBOL CLUBE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO TV ESTRADA LINHA QUATRO	NÚMERO SN	COMPLEMENTO RS467 LINHA CALEGARI
CEP 99.950-000	BAIRRO/DISTRITO INTERIOR	MUNICÍPIO TAPEJARA
UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ROBERTABARIZONCONTABILIDADE@GMAIL.COM		TELEFONE (54) 9641-4512
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/08/2023 às 08:45:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1